

O Conselho Presidencial e o Conselho Geral da Província do Pará: verbetes das atas presentes no Arquivo Público do Pará (1824-1831)

André Roberto de A. Machado
Universidade Federal de São Paulo
andre.machado@unifesp.br

Samuel Rocha Ferreira
Mestrando do PPG em História da Universidade Federal de São Paulo
samuellrochafe@hotmail.com

Bruna Valença Mallorga
Mestrando do PPG em História da Universidade Federal de São Paulo
bruna_vmallorga@hotmail.com

Evelyn Ariane Lauro
Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo
evelynlauro@hotmail.com

Amanda Aparecida Silva de Carvalho
Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo
amandaunifesp@gmail.com

Uma das maiores dificuldades para qualquer historiador que pretenda investigar a história do Pará, sobretudo até o século XIX, é lidar com a documentação do Arquivo Público do Pará (doravante, APEP)¹. Frequentemente lembrada como uma coleção valiosa, é igualmente mencionada como pouco explorada. Na verdade, esta última afirmação tende cada vez mais a perder força. Na última década, a implantação da pós-graduação em História na Universidade Federal do Pará multiplicou o número de estudos sobre a região. Acompanhando o aumento de estudos, veio também o enriquecimento do debate com uma grande variedade de enfoques e, até mesmo, o recurso a fontes até então pouco utilizadas, muitas fora do acervo do Arquivo Público do Pará.

Apesar desse avanço, persiste a impressão de que pouco sabemos sobre o real potencial escondido nas caixas e códices do Arquivo Público do Pará. Entendo que a grande razão para isso está na forma como os documentos desse arquivo são organizados. Para aqueles que não estão familiarizados, é necessário ilustrar: para os documentos até o século XIX, a maior parte das fontes desse Arquivo está organizada em pequenos livros, chamados de códices. De modo geral, esses códices são a encadernação de uma série de documentos em uma brochura de capa dura que pode reunir variadas tipologias de documentos. Assim, ao abrir um códice nenhum pesquisador sabe ao certo o que pode encontrar lá: certamente muitos ofícios, mas não é impossível encontrar jornais, processos ou atas de um órgão de governo. O que separa um códice de outro, na maior parte dos casos, são os destinatários e os remetentes de cada códice e uma delimitação cronológica. São títulos comuns nos códices: "Correspondência do Presidente da Província para Diversos"; "Correspondência do Governador de Armas para o Presidente", entre

1 Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq. Os alunos Samuel Rocha Ferreira e Bruna Valença Malorga contaram com bolsas de Iniciação Científica FAPESP e os alunos Evelyn Ariane Lauro e Amanda Aparecida Silva de Carvalho com bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

outros. Via de regra, não há códices organizados por temas mais específicos. Uma das grandes exceções é justamente o material transcrito abaixo: atas de órgãos de governo que já nascem assim pela sua natureza administrativa.

A consequência dessa forma de organização é que o pesquisador tem que ler uma quantidade enorme de documentos que não lhe interessariam para encontrar alguns poucos mais próximos da sua pesquisa. Para se ter ideia do volume dessa documentação, basta dizer que para essa pesquisa inicial², entre 1826 e 1831, existem disponíveis quase 100 códices, cada um deles contendo, geralmente, mais de uma centena de documentos. Assim, numa previsão conservadora, um pesquisador que resolvesse examinar esse curto período de 5 anos teria pela frente a leitura de 10 mil documentos.

Em vista disso, parece claro que uma das medidas necessárias para fazer avançar o nosso conhecimento sobre a história do Pará é criar instrumentos de pesquisa que facilitem a consulta ao acervo do APEP. Tendo isso em vista, após a minha última pesquisa no APEP e a digitalização de um grande volume de documentos do período de 1800 a 1850³, busquei meios para organizar um instrumento de pesquisa on-line. Limitado ao recorte cronológico da primeira etapa da minha pesquisa (entre 1826 e 1831), inicialmente quatro alunos de Iniciação Científica foram desenvolvendo suas investigações específicas tendo o acervo do APEP como uma das suas principais fontes. Um dos resultados parciais de cada uma dessas pesquisas foi a criação de verbetes para cada um dos documentos lidos por esses alunos.

Baseado na plataforma on-line <http://coruja.unifesp.br/GraoPara/public/index.jsp>, na verdade os alunos tinham que preencher vários campos para cada documento: além de identificar o código e o número do documento, deveriam ser identificadas as datas do documento, o tipo de fonte, o remetente, o destinatário e o local. Além disso, vinha a principal produção: a escrita de um verbete, com um pequeno resumo para cada documento. A catalogação dos documentos, bem como a redação dos verbetes, foi realizada ao longo de desses últimos quatro anos por esses alunos, sob minha supervisão. Uma vez na plataforma on-line, qualquer pesquisador interessado poderia fazer uma busca por qualquer um dos campos, ou baixar a lista completa de todos os apontamentos.

Evidentemente, esta não é uma iniciativa inédita. O próprio APEP fez verbetes de documentos do período da Cabanagem que foram publicados em dois números dos Anais da instituição⁴. Ainda mais forte do que essa experiência, nos guiava a pretensão de desenvolver algo parecido com o que havia sido a iniciativa do “Projeto Resgate” na catalogação e disponibilização dos documentos referentes ao Brasil mantidos no fundo “Conselho Ultramarino” do Arquivo Histórico Ultramarino português.⁵ Apesar de não ser inédita, essa é uma iniciativa necessária e que só produzirá algum

2 Refiro-me a primeira etapa do meu projeto de pesquisa “Vassalos ou Cidadãos, obrigados ao trabalho: A persistência dos mecanismos e leis coloniais para a justificativa do trabalho compulsório dos tapuios no Grão-Pará (1821-1840)”. Esse projeto, apoiado pelo CNPq, serviu de baliza para os projetos de IC dos alunos envolvidos na elaboração dos verbetes.

3 Esse projeto de digitalização (fotografias) de uma grande volume de documentos do APEP foi desenvolvido em parceria com os professores Shirley Maria da Silva Nogueira, Eliane Cristina Lopes Soares, Adilson Junior Ishihara Brito, Alanna Souto, Siméia de Nazaré Lopes, Carlos Augusto de Castro Bastos, Ronaldo Braga Charlet. As mais de 300 mil fotografias do projeto foram organizadas em arquivos digitais que estão disponíveis a pesquisadores cadastrados na UNIFESP. Foi com base nesse material que os alunos puderam escrever os verbetes disponíveis abaixo.

4 *Anais do Arquivo Público do Pará*. Volume 4, Tomos 1 e 2, 2001 e 2004

5 Sobre o Projeto Resgate, veja o site: http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php, Acesso em 28.09.2017.

feito se for realizada por muitos grupos em rede. Para se ter uma ideia, toda essa iniciativa produziu pouco mais de mil verbetes desses documentos em um universo, como já dito, de cerca de 10 mil.

Ao longo desses quatro anos foram criados verbetes para os códigos de números 802, 831, 843, 844, 845, 854, 857, 858 e 889. Infelizmente, nem todos eles estão disponíveis na plataforma on-line em razão de uma série de problemas técnicos. Em uma segunda etapa da pesquisa, com novo financiamento, esperamos que todo o material até aqui organizado fique disponível.

Deve-se ressaltar que a leitura desses documentos e a redação dos verbetes serviram de base para a produção não só das quatro iniciações científicas anteriormente mencionadas, mas também para três monografias de fim de curso.⁶ Diga-se de passagem que, como este trabalho foi feito coletivamente, os resumos dos documentos eram periodicamente divulgados e discutidos no grupo. Por isso, muitos dos documentos lidos inicialmente por um aluno foram usados por outros na produção dos seus trabalhos. Eu mesmo tive a oportunidade de aproveitar a localização de alguns desses documentos (através dos verbetes) para, posteriormente, voltar aos originais e utilizar essas fontes em alguns dos meus artigos escritos nos últimos anos. Desse modo, a própria experiência particular do grupo demonstra a utilidade desse instrumento de pesquisa.

De modo a dar alguma coerência ao material agora apresentado, optamos por descrever abaixo apenas os verbetes relacionados a dois códigos: o 802 – Atas do Conselho de Governo (1824-1830) e o Código 889: Atas do Conselho do Governo (1829-1831). Apesar do título idêntico, os códigos são atas de duas instituições diferentes: o 802 é o conjunto de atas do Conselho da Presidência no período entre 1824 e 1831 e o 889 se refere ao conjunto de Atas do Conselho Geral da Província, entre 1829 e 1831.

Apesar de bem diferentes entre si, os dois Conselhos são fruto das aspirações constitucionais do Império do Brasil e tinham a função de dotar as províncias de instrumentos de governo. O Conselho da Presidência foi criado por determinação da Assembleia Constituinte, em outubro de 1823⁷, e esteve em funcionamento no Pará desde 1824 (em razão disso e, seguindo a própria organização do código, os verbetes abaixo retrocedem até o ano de 1824). Apesar de ser previsto como uma instituição provisória, durou por 10 anos, só sendo extinto em 1834.⁸ Este Conselho era uma espécie de contrapeso ao poder do Presidente da Província, escolhido pelo Imperador, uma vez que uma série de assuntos só poderiam ser decididos pelo presidente se fossem aprovados pelo Conselho. Uma das riquezas do código descrito abaixo, no entanto, é a demonstração de que, apesar das regras estabelecidas pela lei, os vários presidentes que estiveram à frente da província

6 Samuel Rocha Ferreira. *Trabalho Compulsório indígena na província do Pará: 1826-1831*. Guarulhos: Unifesp, 2016; Evelyn Ariane Lauro. *Festas públicas e ritos cívicos na incorporação do Pará ao Estado Nacional Brasileiro (1826-31)*. Guarulhos: Unifesp, 2016; Bruna Valença Mallorga. *As facções da Igreja Católica na Província do Grão-Pará e na Corte nas disputas pela construção do Estado-Nação brasileiro (1826 - 1831)*. Guarulhos: Unifesp, 2016.

7 Lei de 20 de Outubro de 1823. Dá nova forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. IN: *Coleção das Leis do Império do Brasil – Parte 1*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html> Ver também Carlos Eduardo França Oliveira. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo: 1824-34*. São Paulo, USP, 2009. Dissertação de Mestrado.

8 Andréa Slemian. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-34)*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 165-166. Ver também lei n. 40, de 03 de outubro de 1834. Dá Regimento aos Presidentes de Província e extingue o Conselho da Presidência. IN: *Coleção das Leis de 1834*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>

nesse período lidaram com o Conselho de diferentes maneiras. Em alguns momentos, o poder do Conselho é muito pequeno frente ao presidente e em outros a relação é mais equilibrada. O leitor poderá ver através dos verbetes, os assuntos mencionados pelos conselheiros e verificar a força ou não dos grupos locais para implementar seus projetos na província.

Já o Conselho Geral de Província estava previsto na Carta Constitucional, mas só foi regulamentado em 1828. Passou a funcionar no Pará em 1829 e durou até 1834, quando o Ato Adicional o substituiu pelas Assembleias Provinciais. Cabia ao Conselho Geral propor medidas legais que considerasse de utilidade para a Província. Contudo, ao contrário do Conselho da Presidência, as decisões desse órgão não tinham aplicação imediata: tratavam-se apenas de propostas que precisavam ser levadas ao Rio de Janeiro e que só passavam a valer se aprovadas após um longo caminho entre a Câmara e o Senado. Como mencionado em trabalhos anteriores, de fato poucas propostas feitas no âmbito do Conselho Geral do Pará conseguiram ser apreciadas na Câmara e no Senado e apenas uma resolução chegou a se transformar, de fato, em lei.⁹ A despeito disso, a leitura dos verbetes e, sobretudo, dos códices permite acompanhar as disputas entre os grupos locais da província. Destaque-se aí, em particular, o embate entre os grupos pela definição da política para os indígenas da província.

Os dois códices descritos abaixo abarcam todas as atas desses dois órgãos disponíveis no Arquivo Público do Pará no período entre 1824 (início do Conselho da Presidência) e 1831 (data final da pesquisa). É um importante instrumento para aqueles que pretendem compreender o funcionamento destas duas instituições no Pará, bem como a própria organização dos Códices do Arquivo Público.

André Roberto de A. Machado

Orientador da pesquisa e idealizador dos verbetes

9 MACHADO, André Roberto de A. Machado. "O Conselho Geral da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31)". *Almanack*. n. 10, 2015, pp. 409-464.

Código 802 – Atas do Conselho de Governo (1824-1830)

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
01	Reunião feita a pedido do Presidente da província Jose de Araujo Rozo, depois de ter recebido ofício do Presidente do Ceará. Ficou decidido colocar a província em guarda contra qualquer tentativa de inimigos internos quanto de Portugueses. O Conselho de Governo enviará cópia da mesma ata para D. Pedro I e um Brigadeiro.	15/07/1824	Ata	Jose Thomas Nabuco de Araujo	Secretário	Belém
02	Foram presos os indivíduos responsáveis pelos acontecimentos da madrugada do dia vinte e seis do mês [próximo] e por maioria de votos serão afastados da cidade e levados ao Rio Negro	08/01/1825	Ata	Jose Thomas Nabuco de Araujo	Secretário	Belém
03	Reunião para discutir a falta de verba para as despesas urgentes da Província, como o pagamento das Tropas. Também foi decido sobre moedas de cobre e seus valores.	28/02/1825	Ata	Geraldo Jose de Abreu	Secretário	Belém
04	Foi proposto pelo Presidente da província Jose Araujo Rozo que o Conselho de Governo encerrasse a sessões ordinárias, iniciadas há dois meses por força da lei de 20 de outubro de 1823, por não haver negócios importantes.	08/03/1825	Ata	Geraldo Jose de Abreu	Secretário	Belém
05	Jose Felix Pereira de Burgos, Presidente da província, propôs que continuassem as obras de reparo e reforma do Palácio do Governo. Propõe a compra de uma máquina completa para cunhar moedas e uma nova tipografia.	24/10/1825	Ata	Geraldo Jose de Abreu	Secretário	Belém
06	Sessão ordinária do Conselho de Governo por força da lei de 20 de outubro de 1823. Discussões sobre o bom uso da Fazenda Pública, questões de plantações e criação de mais missões pela província, com destaque no rio Tocantins. Questões foram adiadas para a sessão seguinte.	05/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
07	O Conselho de Governo se reúne para discutir os acontecimentos do dia 23 de abril, na vila de Cametá. O Presidente da província Jose Felix Pereira de Burgos havia mandado uma força militar ao local para impedir maiores avanços dos "agressores das Leis". A discussão da ata passada foi adiada.	10/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
08	O Conselho de Governo considera que a vila de Cametá, seus cidadãos e Câmara não estão divididos entre partidos, mas que há autores rebeldes na localidade. Novas Forças serão mandadas, visto que a primeira expedição falhou por desobediência e covardia.	13/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
09	O Presidente da província considera de muita importância a limpeza do canal do rio Tocantins, na localidade do Igarapé-Mirim.	17/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
10	O Conselho de Governo reúne-se para decidir como serão as construções na rua da Praia. Também discutem sobre as concessões dadas pelo Conde de Vila Flor e da necessidade das obras ficarem dentro dos prazos [preços?] assim como continuarem com os canos subterrâneos para saída de água do mar.	19/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
11	O Presidente da província Jose Felix Pereira de Burgos recebeu uma comunicação da vila de Cametá. No ofício chegou a notícia da prisão, pelos rebeldes, do comandante militar e do tenente coronel de milícias. O Presidente da província fala do bloqueio ao redor da vila e menciona o segundo ofício recebido confirmando a chegada da barca artilheira. Após a ata seguem dois ofícios.	23/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
12	O Presidente da província desconsidera ir à vila de Cametá por variados motivos: considera que a tropa enviada só falhou por conta do comandante, sendo que o novo comandante enviado era de caráter. O Juiz de fora de Cametá solicita escrivães e um cirurgião para o corpo de delito.	26/05/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
13	O Presidente da província Jose Felix Pereira de Burgo apresenta ao Conselho de Governo os ofícios recebidos das autoridades civis e militares de Cametá. A maioria dos subversivos foram presos.	09/06/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
14	O Conselho de Governo discute sobre como proceder diante de abusos sobre os dízimos dos gêneros de exportação. O Juiz da Alfândega mandou ofício com denúncia de extravio. Cópia da Ata será enviada ao Imperador.	20/06/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
15	Algumas Câmaras da província necessitam de mais rendimentos para pagamentos de soldos e para obras públicas de suas atribuições.	27/06/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
16	O Presidente da província considera que os assuntos sobre Cametá atrasam outros de mais importância. O Conselho de Governo decide prorrogar por mais um mês as sessões.	04/07/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
17	Conselho de Governo discute a navegação, nos rios da província, de um barco a vapor do Estados Unidos. Os conselheiros decidem que não é conveniente que tal embarcação suba o Amazonas e esperam decisão do Imperador. Ao final segue cópia do ofício enviado pelo encarregado sobre o Governo dos Estados Unidos.	14/07/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
18	O Presidente da província apresentou o Memorial das Reflexões do vigário Fernandes de Souza e que trata das Fábricas e demais estabelecimentos no Rio Negro. Os Conselheiros demonstram preocupação com a pouca população indígena nas vilas e lugares, pois afetava o comércio de muitas especiarias. Ofícios apresentados solicitavam a reunião dos índios dispersos nos antigos estabelecimentos.	18/07/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
19	O Presidente da província considera importante a criação de mais Câmaras nos lugares onde se encontram as necessárias condições, como comunicação, tamanho da população etc.	21/07/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
20	O Conselho de Governo discute a abertura de novas estradas públicas. Isso ajudaria na comunicação com as províncias limítrofes, especialmente o Maranhão por conta dos comércios.	26/07/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
21 (53 ao 63 e 63 ao 176)	O Presidente da província acha necessário para a tranquilidade dos súditos do Império na Província tomar medidas adequadas às leis, pois os partidos estavam se agitando novamente. Os homens de bem da província estão descontentes e o presidente da província indica uma articulação entre os chefes do partido e o Ministro. Suspendem o referido ministro e mandam conta ao Imperador sobre os fatos. Cópia de 50 documentos mostrados pelo Presidente ao Conselho de Governo	05/11/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
22	O Presidente da província apresentou dois ofícios do ex Ouvidor Interino Joaquim Mariano Ferreira. Foi discutida a insubordinação do referido Ouvidor em relação ao Presidente. Os conselheiros debatem sobre as leis. Conselho de Governo deliberou pela suspensão do Ouvidor. Ao final do documento estão transcritos três ofícios do Ouvidor destinados ao vice-presidente.	23/11/1826	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
23	Presidente da província Jose Felix Pereira de Burgos leva ao Conselho de Governo uma relação dos acontecimentos mais notáveis ocorridos desde a última sessão. Os Conselheiros Discutem sobre o ex juiz de fora e o Governador das armas. Seguem documentos anexos.	23/10/1827	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
24	Expedido às três autoridades da província do Rio Negro as providências necessárias para o restabelecimento de antigas fábricas e o andamento de tais ações. Anexa os pedidos enviados e assinados pelas autoridades citadas: Câmara, Ouvidor e Comandante Militar. Nos anexos copiados, a pobreza se relaciona com a pouca população local, existindo 3.542 homens, entre índios, negros e mestiços. Preocupação com as epidemias.	06/11/1827	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
25	O Conselho de Governo discorre sobre um determinado distrito [ilegível] com muita população, formando corpo militar. Os Conselheiros discutem sobre os pagamentos da alfândega sobre os transportes de mercadoria entre as localidades e a situação econômica desfavorável no momento	13/11/1827	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
26	O Conselho de Governo discute sobre imposto cobrado pela Coroa e sobre a necessidade de um juiz letrado para o distrito de Juriassu, para evitar desertores e habitantes desocupados	20/11/1827	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
27	Presidente de província Barão de Bagé faz resumo de como se acha a província e a sua administração. Discutem sobre armamentos deixados em Tabatinga e concluem que devem enviar ao Rio de Janeiro e aguardar resposta	16/09/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
28	O Conselho de Governo decide que, por falta de mestres capazes de gerirem escolas conforme os novos métodos estabelecidos pelo governo, se buscasse por professores para ensinar no método antigo.	26/09/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
29	Presidente de província e conselho pedem ao Imperador ao menos doze novos missionários para que se realize o mais breve possível a catequese dos índios habitantes do Rio Amazonas e afluentes.	30/08/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
30	Tenente Coronel de Segunda linha pediu ao Conselho que intercedesse a seu favor contra a pena que havia sido condenado, por ofender o Juiz de Fora de Cametá. O Presidente de província foi contra, alegando que não era atribuição do Conselho de Governo. Mas foi solicitado ao Tenente as certidões sobre o caso.	07/10/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
31	Bispo conselheiro faz seu voto em escrito sobre o pedido de interferência do Tenente Coronel em sua pena. Explica que a inteligência sobre as leis pode não ser literal.	14/10/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
32	O Conselho de Governo discute sobre determinada Certidão expedida, mas que continha erros burocráticos. Também discutem sobre a possibilidade de se criar uma Sociedade comercial agrícola e rural, com alguns sócios e diretores. Decidem ainda que o Juiz de paz de Guamá entreviste os vizinhos mais probos a fim de averiguar condutas criminais do Capitão de Ligeiros. Tratam das vendas das pescarias e das carnes.	21/10/1828	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
33	Apresentado de forma breve um regimento e discussão sobre Governador das Armas. Deferido pagamentos de um provinciano. Discussão sobre multa perdoadada. Apresentação de um ofício com queixas contra o Escrivão e como deveriam proceder. Reclamação de João Pereira sobre certidão com a resposta do Juiz de Paz.	27/11/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
34	O Conselho de Governo discute ofício enviado pela Câmara da Capital sobre terreno em frente ao quartel e que o Governador das Armas devia ser informado. Foi lido outro ofício sobre a relação de magistrados, vereadores e escrivães e se deveriam continuar a serem pagos.	07/10/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
35	O Conselho de Governo discute sobre ofício enviado da Vila Cintra e Vila Nova sobre a possibilidade de se criar mais salinas e discutem sobre a 'mesa paroquial' dessas Vilas. Discutem sobre se fazer outra escola, devido ao grande número de jovens que há na Capital.	23/10/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
36	Falam sobre o Conselho do Governo e seus possíveis limites, discutem leis, limpeza e conservação do Igarape mirim e outras obras públicas e sobre os deveres da Assembleia Legislativa com as obras. Obs: Não existe o início da Ata	Não Consta	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
37	O Conselho de Governo discute sobre pagamento de um particular, chamado Bernadino. Falam sobre aumentar a determinada gratificação para pagamento de um ajudante da Câmara. Discutem sobre o Juiz de Fora de Óbidos.	30/10/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
38	O Conselho de Governo debate sobre os pagamentos de magistrados e Oficiais de Justiça a pedido da Câmara da Capital, que pela visão do Conselho deve seguir a lei. Discutem a medida de um juiz. Pensam em como nomear os oficiais de quarteirão e concluem que isso é responsabilidade de Juizes de Paz e não da Câmara.	06/11/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
39	No Conselho de Governo faz-se a leitura de ofício para questões de um particular. Leu-se ofício da Câmara de Santarém sobre a situação econômica e policial. Decidiu-se demolir celeiros e casas de depósitos de madeira em frente a Marinha. Leu-se sobre ofício enviado de outras Vilas por suas Câmaras sobre a situação local.	13/11/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
40	Conselho de Governo discute situação de um recebedor do Ver-o-Peso, mas decidem que a Câmara deverá levar a situação ao Conselho Presidencial. Foram lidos ofícios sobre as Câmaras de Santarém e Franca. A Vila de Santarém deveria observar as Leis de impostos sobre gados. A mesma Câmara foi criticada por não especificar se a demolição de celeiros ofendia o direito de propriedade.	20/11/1829	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
41	Conselho de Governo vota sobre alguns assuntos que não foram descritos na ata. Discussão para formar uma comissão para um plano de aprimorar uma fábrica de produtos da palha em Santarém.	12/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
42	O Conselho de Governo trata de uma lista com a relação de lugares e Vilas onde se podem criar escolas, estabelecidas por lei, mas que ainda não funcionam. Mas o Conselho concluiu que isso era assunto administrativo do presidente da província.	19/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
43	O Conselho de Governo discute brevemente a petição enviada por um morador, que desejava que se criassem mais correios entre as Vilas e a Capital. Discussão foi adiada.	23/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
44	Abre-se o Conselho de Governo para alguns moradores poderem votar sobre determinado assunto – Plano, que não está especificado. Porém, não havendo a presença dos mesmos, os conselheiros consideraram que fossem guardadas as respostas enviadas junto com o que foi debatido pessoalmente para uma sessão conveniente.	24/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
45	O Conselho de Governo sobre o pedido de uma morador sobre a criação de uma sociedade para melhorar o comércio e a indústria da Capital. Pede-se informação do juiz de Louvre sobre sentença de despejo obtida mas ainda não cumprida. Examinam e aprovam uma Mestra de Meninas. Solicita-se mais informações do Ouvidor a respeito que uma queixa de um morador contra ele.	26/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
46	Suplicante pediu ao Conselho de Governo certidão com a decisão sobre o plano intitulado pelo mesmo de "Projeto comercial e rural". Foi cancelado devido à falta de assinaturas.	10/12/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
47	O Presidente da província quer se reunir com o Comandante das Armas e suspendê-lo depois de algumas prisões arbitrarias em todas as classes dos indivíduos. O Presidente da província cobra respostas, ao passo que o Comandante de Armas responde que não houve alterações na 'ordem do dia'. As explicações dadas seguem anexadas. Discutem sobre O Projeto Comercial e Rural, suplicado novamente. Foi analisado reclamação contra o Ouvidor.	14/12/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
48	O Conselho de Governo discutem sobre uma queixa enviada por um morador contra o próprio conselho. Presidente da província o responde e se discute as próximas providências sobre anexar ou não o requerimento e a resposta ao final da ata, e enviar os originais à Corte. O Conselho de Governo resolve que somente com a autorização das autoridades civis se poderá prender os paisanos e não mais com ordens do Comandante de Armas. Autoriza-se um professor a mudar de escola. Discute-se sobre aumentar ou não o tempo de funcionamento do Conselho naquele ano. Segue anexo requerimentos lidos e discutidos.	17/12/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
49	O Conselho de Governo debate um pedido de cópia de ata sobre o salário de Mestra de meninas, para comprovar o ato de provimento do cargo. Mas o Conselho deliberou que não há necessidade de cópia pois todos os seus atos estavam dentro das conformidades da lei. Segue anexo que explica o caso. Alguns moradores pediram que o Conselho tomasse algumas medidas para que fossem pagos seus salários, mas o Conselho de Governo concluiu que isso não era de sua alçada.	18/12/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
50	O Conselho de Governo discute a necessidade do Comandante das Armas cumprir as leis e as reclamações enviadas ao Rio de Janeiro. Debate-se sobre a possibilidade de Igarapé passar a fazer parte de Belém, a pedido de um morador. Os conselheiros decidem sobre terras usadas para plantações de café, que havia sofrido danos por outro morador. Discussão sobre Santarém e Fábricas de Pa-carás.	26/12/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
51	O Conselho de Governo discute brevemente sobre o Comandante das Armas, sobre as leis que deviam ser observadas.	25/01/1831	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
52	O Conselho de Governo discute sobre os custos do transporte de ida e volta dos Deputados da província que iriam para a Câmara no período da legislatura. O Conselho de Governo recebe pedido de um Ministro do Império sobre a colonização dos estrangeiros e relação da topografia das terras devolutas. Discutiu-se brevemente sobre escolas e sobre queixa do Comandante das Armas.	03/02/1830	Ata	Ilegível	Secretário	Belém
53	O Conselho de Governo discute sobre as escolas, os mestres e os métodos usados e a falta de indivíduos com os conhecimentos e requisitos necessários para estar em conformidade com a lei.	15/02/1830	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
54	O Conselho de Governo discute sobre ofício enviado da Corte por conta de extração de minérios. Império pede o método mais eficiente para a colonização de estrangeiros, o número deles e as características topográficas das terras devolutas, sua natureza e propriedades para agricultura ou minério. Batista Campos apresenta os documentos discutidos.	05/11/1830	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
55	O Conselho de Governo discute sobre os suplentes dos Conselheiros. Debate-se se um dos Conselheiros pode ter suplentes depois de uma sentença de prisão. Presidente da província argumenta sobre a irregularidade dessa sentença. Segue documento de defesa.	09/11/1830	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém

n° APEP	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Ocupação do Autor	Local
56	Secretário da Câmara Municipal solicita aumento de sua gratificação. Foram separados os requerimentos para cada Conselheiro e permite-se que os donos de terras possam fazer mineração.	04/12/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
57	O Conselho de Governo discute sobre a Câmara de Óbitos ter nomeado os oficiais de quarteirões, utilizando a verba pública que era da responsabilidade do juiz de paz. Discute-se sobre multas aplicadas a moradores que não cobrissem suas casas com palhas.	11/11/1829	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
58	O Conselho de Governo discute sobre a possibilidade do Conselheiro do Governo assumir seu cargo, mesmo sendo sentenciado antes do período das eleições, perdendo seus direitos civis e políticos. Um morador pediu permissão para mineração um terreno aurífero e outro suplicava terras, decisão foi adiada.	18/11/1829	Ata	Jose Antonio da Fonseca	Secretário	Belém
59	Faltam páginas do documento. O Conselho de Governo discute uma certidão e requerimentos para a Junta de Justiça.	16/11/1830	Ata	Antonio Candido Ferreira	Secretário	Belém
60	Concorda-se em encerrar as atividades do Conselho de Governo naquele ano, levando em consideração seu tempo de funcionamento pela Lei.	17/11/1828	Ata	Manoel Ramos de Carvalho	Secretário	Belém
61	Mesa Paroquial da Vila de Cintra envia ao Conselho de Governo reclamação pelas faltas e irregularidades cometidas pela Câmara de Cintra, que não avisou sobre as eleições. Não há o final do documento.	08/01/1829	Ata	Não Consta	Secretário	Belém

Código 889: Atas do Conselho do Governo (1829 - 1831)

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
1	Na primeira página do livro o Secretário do Conselho, Marcos Antônio Rodrigues Martins, explica que o presente livro tem por objetivo deixar registrado as atas das sessões de Conselho da província. E que as 138 folhas estão rubricadas por ele. Nas folhas seguintes: Primeira Sessão Preparatória do Conselho Geral de Província do Grão-Pará. Cita os nomes dos cidadãos que obtiveram o maior número de votos para que assim pudessem ser conselheiros gerais da província. São eles: Antonio Correa de Lacerda; Marco Antonio Rodrigues Martins; João Marcelino Rodrigues Martins, Jacinto Francisco Lopes; João Baptista Camecran; João Manuel Ribeiro; Antonio Manuel de Souza Trovão; Carlos Manuel de Alcantara; José Domingues de Serqueira; Francisco Pinto Moreira; Marcelino José Cardoso; André Fernandes de Souza; Francisco de Pinto de Castilho, Agostinho Domingues de Serqueira; Manuel Otavio Prestes; Francisco Albuquerque de Elvas Portugal. Imediatamente ocorre a nomeação do Presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, e do secretário, Marcos Antônio Rodrigues Martins. Marcos Antônio Rodrigues Martins, outros dois Conselheiros que foram nomeados para o cargo: João Baptista Camecran e João Manuel Ribeiro, mas pediram dispensa. A primeira missão do Conselho é criar duas comissões para julgar a validade dos diplomas de eleição dos conselheiros. Em seguida, há um informe que um dos conselheiros não comparecerá enquanto estiver doente e que o Cônego João Baptista Gonçalves Campos não compareceu, porém enviou seu diploma e estava pronto para assumir a função.	29/11/1829	Ata	Conselho	Belém
2	Segunda Sessão Preparatória do Conselho Geral de Província do Grão-Pará. Informa sobre a missa realizada para celebrar a instalação do Conselho Geral de Província.	30/11/1829	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
3	Terceira Sessão Preparatória do Conselho Geral de Província do Grão-Pará. Abertura da ata com o discurso do Presidente da Província do Pará, Barão de Bagé, sobre a instalação do Conselho de província, uma das importantes conquistas obtidas através da Constituição. Acrescentou que o voto popular quase nunca se engana se é imparcial e com boa fé. Acredita que os conselheiros sabem o que é necessário para a província, entretanto arrisca duas prioridades: o melhoramento da indústria e o aumento da população industriosa e bem educada. Ocorre eleição para os membros das sessões ordinárias: Presidente do Conselho Antonio Correia de Lacerda permanece na função. Cônego Batista Campos recebeu 1 voto, enquanto Lacerda recebeu 14. Para vice-presidente, Marcelino José Cardoso obteve 13 votos enquanto o Cônego Batista Campos apenas 1. Marcos Antonio Rodrigues Martins obteve 10 votos, porém pediu dispensa. Antonio Manuel de Souza Trovão fica com a função de secretário. Tem início a votação para duas comissões: de Polícia e de Representação da Câmara. Batista Campos faz indicações para que o diário das sessões do Conselho Geral da Província seja publicado pela tipografia nacional, que os sacerdotes e funcionários públicos conselheiros sejam dispensados de suas atividades enquanto durar o conselho e que momentos de gala devem ser tidos como feriados pelo conselho, pedindo que se acompanhasse no dia de amanhã o cortejo. Todos foram aprovados. Em seguida, fazem a leitura da carta de Felix Clemente Malcher, com anexo de seu diploma de eleição. Alega que sofre perseguições no processo de um conselho de guerra. Sente-se injustiçado, mas tomará assento. O Comendador Ambrósio Henriques da Silva Pombo também foi eleito para o Conselho Geral, assim como para a Câmara Municipal de Belém, onde é presidente. Devido suas moléstias solicita dispensa do Conselho.	01/12/1829	Ata	Conselho	Belém
4	O documento apresenta as dificuldades enfrentadas por essa nova instituição. Ocorre a votação das indicações realizadas pelo Cônego Batista Campos. Discutem a atuação do Conselho sobre questões de funcionários, publicação das reuniões e por qual meio se publicaria.	03/12/1829	Ata	Conselho	Belém
5	A principal discussão da sessão está baseada na organização dos procedimentos internos do Conselho, utiliza-se bastante tempo discutindo o assunto. A primeira indicação realizada por Batista Campos gerou uma Comissão com o intuito de transformar a indicação em proposta. Por fim, uma lista com perguntas é elaborada, com o objetivo de debater sobre os procedimentos internos.	04/12/1829	Ata	Conselho	Belém
6	Leitura de uma carta do presidente da província, informando que já tomou as medidas necessárias para que a Tipografia Nacional publique os "Diários do Conselho Geral". É lida uma representação enviada por Antonio Feliciano da Cunha e Oliveira, fiscal da Câmara Municipal, solicitando que seu ordenado fosse aumentado. Fazem uma apresentação da primeira indicação realizada pelo Cônego Batista Campos e escrita pela comissão especial. Não existe transcrição. Pinho faz uma indicação para que se denuncie aos poderes executivo e legislativo o atraso no pagamento dos funcionários públicos da província. Fica decidido que as propostas e as indicações serão lançadas em livros separados e que as votações por extenso deverão ser incluídas nas atas.	05/12/1829	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
7	Discutem um requerimento enviado pelo morador João Valente de Couto, alegando ser injusto o pagamento de uma multa em seu nome.	07/12/1828	Ata	Conselho	Belém
8	Discutem novas representações enviadas pelos moradores. Cria-se uma comissão para responder a demanda da Câmara de enviar dois moços para estudar na Academia de Pernambuco. Discutem outros pleitos enviados por moradores.	10/12/1828	Ata	Conselho	Belém
9	O documento trata principalmente de representações enviadas por cidadãos, como críticas ao escrivão da Câmara.	11/12/1829	Ata	Conselho	Belém
10	O documento traz a votação proposta por Batista Campos sobre os Comandantes Militares e realizada no dia 4. O Cônego Batista Campos se ausentou em muitas sessões, mas de forma justificada. Após debate a proposta foi rejeitada. Fazem a transcrição integral da resposta do conselho à fala do presidente de província. Louva-se a adequação do presidente ao sistema constitucional. Cria-se uma comissão com cinco membros para discutir a criação da Vila de Turiaçu e quem seria o Juiz de Fora. Para a ordem do dia seguinte, realocaram a votação da indicação do Cônego Batista Campos sobre o pagamento de "Dízimos" dos proprietários de Gado Vacum e Cavalari, Engenhos de Açúcar e Aguardente, assim como os demais produtores que precisavam de fabrico.	12/12/1828	Ata	Conselho	Belém
11	Silvestre Antunes da Serra apresenta seu Diploma para poder tomar assento como suplente. A proposta do Cônego Batista Campos, referente ao pagamento de Dízimos dos proprietários de Gados Vacum e Cavalari, Engenhos de Açúcar e Aguardente, assim como os demais produtores que precisavam de fabrico, passa pela segunda leitura após debate. Não há resumo do debate. Discutem a indicação feita pelo Cônego Batista Campos, no dia 04, que trata de medidas policiais a serem tomadas para estrangeiros recém-chegados.	14/12/1829	Ata	Conselho	Belém
12	Trata-se da primeira sessão em que não se justifica por escrito a ausência do Cônego Batista Campos. Propõe-se que se estabeleça na província um número necessário de párocos. É feita uma primeira leitura da proposta. A Proposta do Cônego Batista Campos foi debatida mas adiada. Em seguida, Marcos Martins reclama que a comissão que deveria avaliar a Câmara não pode funcionar devido ausência do Cônego Batista Campos. Vota-se e o Cônego Batista Campos é substituído por João Baptista Camecran. Para a ordem do dia seguinte tratarão de outra proposta do Cônego Batista Campos sobre a extinção das Fábricas ou Administrações Nacionais pertencentes à província.	15/12/1829	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
13	<p>Chegam cartas do Governo em resposta às correspondências do Conselho. Trata-se de uma queixa sobre a conduta do escrivão Tristão Rangel de Azevedo Coutinho, questionando suas atribuições. Tal problema seria resolvido da forma que interessasse a Sua Majestade. André Fernandes de Souza lê duas indicações: uma pedindo esclarecimentos sobre os padres missionários e a outra sobre o último recrutamento feito no Rio Negro. A proposta do Cônego Batista Campos sobre o fim das Fábricas Nacionais é debatida e somente um conselheiro se manifesta, alegando ser favorável. Sem maiores questionamentos, ocorre um segundo debate. Batista Campos alega que João Baptista Camecran era incompetente para comissão que deveria avaliar a Câmara, pois também era membro. Vota-se pela retirada de Camecran da comissão. O Sr. Alcantara exige que se registre sua contrariedade com essa decisão. Para a sessão seguinte, pretende-se discutir indicação do Cônego Batista Campos sobre os vadios de Marajó.</p>	16/12/1829	Ata	Conselho	Belém
14	<p>O Cônego Batista Campos propõe uma solução para os impostos de 8 mil reis para cada pipa de aguardente fala sobre o Corpo de Ligeiros. Também há discussão sobre sua proposta referente aos vadios de Marajó. Inicia-se um debate sobre a resposta do governo, ríspida, de que estaria a cargo dele a representação contra o Escrivão Tristão Rangel de Azevedo Coutinho. Querem responder a isso e fica evidente como o registro aqui é muito diferente: Marcos Martins propõe uma resposta e a transcreve integralmente. Resumindo, o Conselho diz que não reconhece nenhuma autoridade na província que possa lhe dizer quais são os limites da sua atribuição. Em virtude disso, o Conselho pretendia dar sequência ao processo fazendo tramitar a representação recebia. A resposta, uma clara afronta ao Presidente, é aprovada pelo conselho. Por fim por considerarem urgentes, as indicações do Cônego Batista Campos foram aprovadas. O mesmo ocorreu com a proposta de André Fernandes. Para o dia seguinte: o debate referente a manutenção de salários e substituição em seus cargos públicos de conselheiros durante as sessões.</p>	17/12/1829	Ata	Conselho	Belém
15	<p>O Cônego Batista Campos está ausente. Realizada novamente uma leitura sobre a proposta referente aos párocos. Foi considerada objeto de deliberação. Na ordem do dia debate-se sobre a manutenção dos salários e substituição em seus cargos públicos dos conselheiros durante as sessões. O conselheiro Carlos Manuel de Alcantara se manifestou favorável e passou para segunda leitura.</p>	18/12/1829	Ata	Conselho	Belém
16	<p>Discussão da proposta do Cônego Batista Campos referente ao pagamento de "dízimos" do Gado Vacum, Cavalari e fábricas de produções. É a primeira vez que o debate é registrado. Parece que o Presidente do Conselho coloca em questão a legalidade de intervir nessa questão e pensa em estratégias de como fazer isso. Nenhuma solução definitiva é tomada. Ordem do dia seguinte: proposta do Cônego Batista Campos referente às medidas policiais a serem tomadas sobre os estrangeiros que chegaram ao Pará.</p>	19/12/1829	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
17	Propõe-se que seja pedido ao governo, com urgência, detalhes sobre a fazenda pública, descrevendo despesa e déficit. O conselho aprova a urgência. Decide-se que se deve oficiar ao governo na forma de uma indicação. A proposta do Cônego Batista Campos referente as medidas policiais para estrangeiros que chegassem ao Pará vai para uma segunda leitura. Ordem do dia seguinte: isenção do emprego para os conselheiros durante o período do conselho e sobre os vadios de Marajó.	22/12/1829	Ata	Conselho	Belém
18	Debate-se a resposta do Governo referente à correspondência do dia 17, que diz respeito a atuação do Escrivão Tristão Coutinho. O Governo responde que não irá admitir receber novas correspondências referente ao assunto e que levará a decisão ao Imperador. Entra em discussão a proposta do Cônego Batista Campos acerca da dispensa dos conselheiros dos seus trabalhos enquanto durar o Conselho. Decidiram fazer uma terceira leitura com voto por escrito. Entrou em discussão outra indicação do Cônego Batista Campos, que tratava dos vadios de Marajó. A proposta foi rejeitada, pois haviam regulação em outra lei. Ordem do dia seguinte: discutir a indicação do Cônego Batista Campos para o fim das fábricas nacionais.	23/12/1829	Ata	Conselho	Belém
19	Discutem sobre a reação do Governo em relação às reclamações contra o Escrivão Tristão Coutinho. Decide-se enviar ao Imperador a questão. O Cônego Batista Campos realiza seu voto por escrito, dizendo-se contrário, pois não era atribuição do Conselho. A proposta de Batista Campos, prevendo o fim das fábricas nacionais foi para o debate. Apesar de adiada a decisão, foi realizada a leitura das emendas propostas. Criou-se uma comissão para discutir a proposta de Marco Antonio Rodrigues Martins de levar ao conhecimento do Imperador as correspondências com o Governo da Província que tratavam das reclamações do Escrivão Cristão Coutinho.	24/12/1829	Ata	Conselho	Belém
20	Sessão com considerável número de conselheiros ausentes, consequência de doenças e atribuições em outros cargos. O Conselho acolheu a representação de Domingos Gonçalves do Cabo sobre a Junta da Fazenda Pública por não ter reembolsado o empréstimo, no valor de nove contos e setenta mil réis, que fez em 1823. Criou-se uma Comissão para dar encaminhamento. Discutiram uma representação de João Carlos da Silva Carneiro que se queixou da Câmara de Ourem por lhe ter aplicado uma multa devido ao fato de não ter comparecido na última eleição. O Conselho decidiu que isto não era de sua competência. Ordem do dia seguinte: proposta de prover as vigarias da província com párocos.	29/12/1829	Ata	Conselho	Belém
21	Por falta de quórum a sessão não foi aberta. Somente dez conselheiros compareceram.	30/12/1829	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
22	Leitura de proposta referente aos indígenas da Província. Não há descrição do teor. Por unanimidade, a proposta de prover as vigarias da Província com párocos foi rejeita. Ordens para o dia seguinte: proposta de encaminhamento dos estrangeiros quando chegasse na província, segunda discussão da proposta referente a imprensa nacional na Província.	02/01/0830	Ata	Conselho	Belém
23	Discutiu-se proposta sobre os procedimentos necessários pelos quais os estrangeiros seriam submetidos ao chegarem ao Pará. Ocorre a elaboração de algumas emendas, como a que obriga apresentar-se ao Juiz de Paz da Freguesia na qual pretendia residir. O estrangeiro vindo da cidade para o interior, teria que possuir uma certidão emitida pela polícia e deveria apresentá-la ao Juiz de Paz da Freguesia de onde pretendia residir. Propõe-se, ainda que o estrangeiro vindo da cidade para o interior devesse pegar uma certidão de seu assento e que a cada 3 meses o Juiz de Paz deveria enviar um relatório para a Câmara informando todos os estrangeiros que entraram na Província. Foi decidido que as propostas e as emendas iriam para terceira discussão. Discutiram a proposta referente a imprensa nacional. O debate está centrado nos salários a serem pagos. Por fim, colocaram uma emenda adicional de Marco Antonio Rodrigues Martins, propondo que essa imprensa publicará os diários do Conselho Geral. Marcelino José Cardoso, como Presidente da Comissão responsável, deu um parecer contrário a proposta de encaminhar dois rapazes para estudarem em Pernambuco. Ordens do dia seguinte: parecer da comissão para estudos em Pernambuco e segunda discussão sobre a extinção das fábricas nacionais.	04/01/1830	Ata	Conselho	Belém
24	A proposta em torno dos indígenas da província foi debatida e julgada objeto de deliberação. Discutiram o parecer da Comissão referente ao envio ou não dos dois rapazes para estudarem em Pernambuco e decidiu-se que a Câmara deveria enviar os rapazes. Discussão da proposta de extinção das Fábricas Nacionais, propondo que todas fossem extintas, com duas exceções: as fábricas de madeira de construção e a Serraria de Monte Alegre. O debate seguiu com outras propostas, inclusive a de que o governo deveria comprar as madeiras necessárias por contrato e onde não fosse possível comprar, poderia estabelecer fábricas nacionais. Defendeu-se que não deveriam ser extintos os pesqueiros enquanto a produção livre de pescados não fosse suficiente para o abastecimento. Pediu-se o fim da reserva de parte dos mares destinados às pescarias nacionais como forma de permitir a concorrência dos particulares. Alegação de que era necessário regulamentar as fábricas devido à existência de julgo injusto sobre os índios. Proposta de que essas regras não deveriam atingir o Rio Negro, pois parte da província estava destinada a ser independente e seu povo deveria decidir o que fazer. O projeto e essas emendas foram para a 3ª discussão. O Conselho decidiu colocar no livro de Porta a decisão sobre a representação contra o Escrivão Tristão Coutinho, pois argumentavam ter a preocupação de informar aos cidadãos, que fizeram a representação, que alguma decisão havia sido tomada. Para o dia seguinte: discussão sobre a proposta para que os conselheiros sejam dispensados dos seus trabalhos e continuassem receber seus salários durante a duração do Conselho.	05/01/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
25	Discussão sobre as faltas no Conselho, pois alguns conselheiros também têm funções na Câmara e justificam que enquanto durar as sessões na Câmara não iriam nas sessões do Conselho. Presidente do Conselho leu uma representação em que se oficiasse o Governo solicitando informações sobre os valores nos cofres públicos entre outubro e dezembro. Entrou em discussão a proposta para que os conselheiros fossem dispensados de seu trabalho durante o Conselho, mantendo seus salários. Discutem para que o governo contratasse substitutos para os cargos dos Conselheiros enquanto esses estivessem em sessão. A proposta é aprovada. Para o dia seguinte: proposta para a Imprensa Nacional da Província.	07/01/1830	Ata	Conselho	Belém
26	A Câmara da Vila Gurupá envia representação contra o Comandante de Distrito Jeronimo de Faria Gaio. O Presidente enviou uma proposta de como se deveria formalizar o inventário. Apresentaram a proposta sobre a Imprensa Nacional na Província. Há apenas um acréscimo propondo que deverá existir a obrigatoriedade de publicar os diários do Conselho Geral da Província. Formou-se uma comissão para fazer a redação final da proposta. Um dos conselheiros pede que seja registrado seu voto pelo pagamento só salário do editor por um percentual dos ganhos e não uma quantidade fixa. Para sessão do dia seguinte: as quatro primeiras posturas da Câmara de Belém.	08/01/1830	Ata	Conselho	Belém
27	A Câmara da Cidade envia representação contra o Escrivão da Junta da Fazenda Tristão Coutinho e contra o Juiz de Fora de Belém, Antonio de Barros Vasconcelos. Recebem a representação de Domingos Cabo contra a Junta de Fazenda, que não lhe pagou por um empréstimo feito. Discussão das propostas da Câmara de Belém. Para a sessão do dia seguinte: discussão referente à proposta de procedimentos para a chegada de estrangeiros na província e debate referente aos artigos 5 e 7 das posturas da Câmara Municipal.	09/01/1830	Ata	Conselho	Belém
28	Discussão da proposta para que os Juizes de Paz e Juizes de Fora fizessem os inventários nos seus distritos. Foi alvo de deliberação. Discussão sobre as posturas da Câmara Municipal. Apresentação de emendas referentes aos procedimentos para com os órfãos, propondo que não fossem levados para recantos aqueles que fossem possíveis mantê-los nas casas onde foram criados. O Estado repassaria verbas para mantê-los nos recantos, abrigos. Discussão da proposta sobre estrangeiros na província. Apresentação de uma emenda em que o estrangeiro deveria apresentar-se ao juiz de paz da localidade onde iria residir e este último deveria ter o controle de todos os estrangeiros que entrassem na província. Foi adiada e se formou uma Comissão para acertar a redação. Voltou-se a discutir sobre as posturas da Câmara Municipal. Fizeram discussões, propuseram emendas e rejeitaram artigos. Para a sessão do dia seguinte: discussão sobre a proposta do referente aos índios e debate sobre as posturas municipais.	11/01/1830	Ata	Conselho	Belém
29	Discussão sobre a proposta referente aos indígenas da Província. Voltaram a discutir as propostas municipais. O presidente interferiu bastante nas discussões, fazendo propostas e emendas. Para a sessão do dia seguinte: posturas da Câmara de Belém.	12/01/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
30	Leitura de uma série de representações enviadas. Entre elas, o porteiro da Câmara que solicita o aumento do seu ordenado. Um morador reclama de ter sido preso injustamente pelo Juiz de Paz. Há discussão minuciosa das várias posturas da Câmara Municipal. Discussão se o Conselho pode interferir na legislação da Câmara. Consideraram o que a câmara deveria fazer para definir os limites da cidade e que enquanto não a questão não for regulada, caberia aos habitantes cuidar da conservação das vias. Recebem ofício do governo dando esclarecimento sobre os Ligeiros da província. Para sessão seguinte: posturas da Câmara.	13/01/1830	Ata	Conselho	Belém
32	Discussão de posturas municipais. São discutidas pequenas modificações nos artigos que tratam, sobretudo, de edifícios e responsabilidades dos moradores. Discussão sobre qual seria o procedimento a ser adotado em um esclarecimento solicitado pelo governo e que diziam respeito a situação dos ligeiros. Decidiram que seria analisada por uma Comissão formada pelo Cônego Batista Campos, o Cônego Serra e Jacinto Francisco Lopes. Outras representações foram discutidas, como o pedido de aumento do porteiro da Câmara. Estas ficaram adiadas ou foram pedidos esclarecimentos.	16/01/1830	Ata	Conselho	Belém
33	Leitura de vários ofícios, dentre eles uma reclamação contra o Juiz de Fora Antonio de Barros e Vasconcellos. Passou-se para a leitura da redação de algumas propostas. A primeira delas, que é aprovada, é a proposta de que os conselheiros sejam dispensados dos seus trabalhos públicos enquanto estiverem a serviço do conselho, mantendo seus ordenados. Para a sessão do dia seguinte: as posturas da Câmara Municipal e proposta referente aos índios.	18/01/1830	Ata	Conselho	Belém
34	Discussão de proposta sobre os indígenas da Província. Não está claro qual é a proposta, pois não se expôs todos os artigos. Mas versa sobre a figura do Procurador Geral dos índios, que regularia os pagamentos de índios empregados. Passa para a terceira discussão. Para a sessão seguinte: discussão de regras para as fazendas nacionais e emendas.	19/01/1830	Ata	Conselho	Belém
35	Entrou em debate a proposta para a extinção das Fábricas Nacionais da Província. Foram aprovadas algumas emendas. Extinção não foi aprovada para o Rio Negro e os índios que estivessem em uma fábrica não poderiam ser deslocados para outro serviço. Assunto encaminhado para uma Comissão para a redação final, a cargo de Marcelino José Cardoso, Marco Antonio Rodrigues Martins e Francisco Albuquerque de Elvas Portugal. Para a sessão do dia seguinte: posturas da Câmara.	20/01/1830	Ata	Conselho	Belém
36	Discussão sobre as posturas municipais da cidade. Regulamentação do que se poderia colocar nas janelas das casas. Debate foi adiado para o dia seguinte.	21/01/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
37	Recebem ofícios do governo sobre a posse de um Procurador dos índios. Discutem as posturas municipais. Debatem sobre multas para quem obstruir vias ou para os que não acendessem seus lampiões.	22/01/1830	Ata	Conselho	Belém
38	Discussão das Posturas da Câmara sobre assuntos cotidianos da cidade. Para a sessão seguinte: posturas e discussão da proposta sobre os índios da Província.	23/01/1830	Ata	Conselho	Belém
39	Estiveram presentes 10 conselheiros e a sessão não ocorreu por falta de quórum.	25/01/1830	Ata	Conselho	Belém
40	Leitura de uma série de representações e ofícios do governo e de particulares. Envio de esclarecimentos sobre o estado das Fábricas Nacionais no Rio Negro. Discutem queixas de particulares contra funcionários públicos e posturas da Câmara, principalmente sobre multas. Avaliam proposta referente aos índios. Decidiu-se que deveria ser montada uma comissão de três membros para redigir de novamente a proposta e encaminhá-la para a 3ª discussão. Leitura do parecer da comissão sobre a reclamação de João Pereira Madruga contra o Juiz de Fora Antonio de Barros e Vasconcellos pois suspendeu seus direitos de advogado por tempo indeterminado, além de multa. A comissão fez um longo parecer no qual indica quais teriam sido os erros do juiz, entre eles o de não permitir o direito de defesa do acusado. Defenderam que seja enviado esse parecer à Assembleia Legislativa na Corte para que os encaminhamentos necessários fossem tomados, pois com este ato o juiz feriria os direitos dos brasileiros. Marcos Martins, Jacinto Lopes e Carlos Manuel Alcantara, são os redatores; É aprovado. Para a sessão do dia seguinte: proposta para os juízes de paz fazerem inventários fora da cidade, posturas da Câmara e objetos sobre a mesa.	26/01/1830	Ata	Conselho	Belém
41	Discutem as posturas da Câmara de Belém. O presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, participou intensamente, assim como em outros dias. O que estava em debate era a responsabilidade dos proprietários com os trechos de rios e Igarapés que estavam em seus terrenos e, sobretudo, a regularização do que poderia ou não ser vendido e como, dentro da cidade. Discutem representações diversas, inclusive da Câmara de Marajó referente aos vadios da ilha. Para sessão do dia seguinte: debate referente outras posturas da Câmara Municipal.	27/01/1830	Ata	Conselho	Belém
42	Leitura de várias representações. Quatro delas são da Câmara de Cametá. Algumas pedem esclarecimentos. Os moradores alegam que a agricultura estava sofrendo devido a constante necessidade de prestarem serviços militares. Ocorreu debate referente as posturas municipais em torno da regulamentação da utilização de pesos e outras medidas no comércio. O advogado João Pereira Madruga solicitou uma certidão sobre a decisão que o Conselho tomou referente a sua reclamação contra o juiz de paz. O Conselho aceitou. Para sessão do dia seguinte: posturas da Câmara.	28/01/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
43	Discussão sobre as Posturas da Câmara de Belém referente às obrigações de alguns profissionais apresentarem a comprovação da sua formação para a Câmara e debatem a regulamentação dos matadouros. Apresentaram a redação final da proposta aprovada pelo Conselho de uma tipografia nacional na província. Discutem a lei que regulamenta a tipografia e estabelece os salários dos funcionários e a criação de um diário do Conselho Geral da Província. Cria a obrigação de impressão e distribuição aos conselheiros para guarda em arquivo de 25 números dos diários. O presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, fez um discurso sobre as dificuldades do Conselho por não terem conseguido debater todas as Posturas da Câmara de Belém. Falta de funcionários adequados para copiar as decisões e atas. Em razão de tais dificuldades, decidiram prorrogar os trabalhos do Conselho por mais um mês. Para a sessão seguinte: proposta referente aos juizes de paz fazerem inventários fora das cidades e vilas e posturas da Câmara de Belém	29/01/1830	Ata	Conselho	Belém
44	Discussão referente às posturas municipais sobre a regulamentação dos matadouros. Debate de algumas emendas da proposta para que os juizes de paz e seus secretários façam inventários fora das cidades e vilas. O presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, insiste na necessidade de se delimitar um parâmetro para que obrigue a limpeza das vias pelos proprietários. Para a sessão seguinte: novas discussões referente as posturas da cidade.	30/01/1830	Ata	Conselho	Belém
45	Recebem solicitações de Câmaras do interior. A Câmara da Vila de Melgaço pede a concessão de índios para fazer o corte de uma determinada mata. Discutem sobre um comandante militar do distrito, por ter convocado subalternos durante as sessões das Câmaras. Debate-se a proposta de criação de uma prisão. Enviaram as posturas da Câmara. A Câmara de Vigia enviou suas posturas. A Câmara de Marajó envia ofício acusando de prevaricação o Juiz ordinário de Muaná. Discutem posturas a respeito do comércio de gêneros trazidos por pessoas de fora da cidade.	01/02/1830	Ata	Conselho	Belém
46	Leitura de uma sequência de ofícios enviados pelo Governo, inclusive com a confirmação de que está em execução o Alvará de 12 de agosto de 1797. Discussão das posturas municipais. O debate fica centrado na venda de fogos de artifício e nas apresentações artísticas. Leitura de alguns pareceres. Dentre eles foi aprovada a proposta do Cônego Batista Campos para o imposto sobre pipas de aguardente. Passa-se para a redação da proposta que será enviada ao legislativo. Para a sessão seguinte: discussão referente as posturas municipais e discussão da proposta para os juizes de paz realizarem os inventários fora da cidade.	03/02/1830	Ata	Conselho	Belém
47	Debate sobre as posturas da Câmara. Discussão sobre a proposta do Presidente de Conselho Antonio Correa de Lacerda para que os juizes de paz pudessem fazer inventários. Tomaram em consideração a representação de José Carlos Albuquerque, questionando a decisão da Câmara que lhe condenou a multa e prisão por 8 dias. O Conselho fez um parecer anulando o acordo que condenou José Carlos Albuquerque.	04/02/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
48	Discussão de representação enviada pelo morador José Joaquim de Serqueira, enviada pelo seu encarregado, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, e que oferecia um projeto de criação de uma Sociedade Promotora da Agricultura, Comércio, Artes, Colonização e Construção de Embarcações. Pediu-se que o pedido, com toda a documentação entregue, fosse encaminhada pelo Conselho para o Parlamento no Rio de Janeiro. Discussão das posturas municipais sobre multas para aqueles que se banharem nos chafarizes das cidades. Para a sessão do dia seguinte: postura da câmara de Belém.	05/02/1830	Ata	Conselho	Belém
49	Discussão das posturas municipais sobre as proibições de circulação de pessoas com lepra e outras doenças, especialmente escravos. Dão o parecer em relação ao requerimento de Antonio Eugenio de Souza, que reclamou das injustiças cometidas por um juiz de paz. O Conselho decidiu levar o caso para ciência da Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro, alegando que cabia a este órgão decidir qual o posicionamento tomar.	06/02/1830	Ata	Conselho	Belém
50	Discutem as queixas de comerciantes e lojistas sobre o comércio de tabuleiro feito pelos escravos. O cônego Batista Campos propõe multa para quem souber da existência de um mocambo e não denunciar ou alugar casas sem o consentimento de seus senhores. Se o morador não possuir recursos financeiros, pagará com 8 dias de prisão. Discussão para definir se o Corpo de Milícia de Ligeiros responderá ao Presidente da Província ou aos militares.	08/02/1830	Ata	Conselho	Belém
51	Sessão cancelada por falta de quórum.	09/02/1830	Ata	Conselho	Belém
52	Discussão das posturas municipais. Os temas são regulação das salinas, permissão para cavar buracos etc. Fala-se sobre um parecer favorável do conselho a uma representação de um indivíduo que se queixou da câmara. Os conselheiros reclamaram da postura do presidente da província que não enviou os documentos necessários para fazer a análise do caso.	10/02/1830	Ata	Conselho	Belém
53	Sessão cancelada por falta de quórum.	11/02/1830	Ata	Conselho	Belém
54	Discutem as posturas de outras vilas, incluindo as Vilas de Nova Del Rei, Portel e Bragança. Aprovaram a pretensão da Câmara de comprar uma tipografia e a criação dos empregos que fossem necessários para mantê-la. Discussão sobre as posturas municipais de Belém, que tratavam da venda de líquidos e a proibição de se ter animais bravos sem a correta prisão dos mesmos. O Cônego Batista Campos sugeriu uma emenda que punisse com multa e prisão quem atentasse contra os bons costumes com gestos, palavras, ações ou outros meios. Proposta para a sessão seguinte: discussões sobre as posturas de Belém e as posturas de Óbidos.	12/02/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
55	Não ocorreu a sessão dia 13/02/1830, pois houve sessão do Tribunal do Júri e os conselheiros eram também membros. O Conselheiro Marco Antonio Rodrigues Martins sugeriu uma indicação ao Legislativo, afirmando que devido às dificuldades financeiras da província, não deveria se fazer uma Relação de Justiça. Foi aprovado como urgente e foi criada uma comissão para a redação. Discutem uma representação, a ser levada ao Legislativo na Corte, denunciando a prática de abandonar escravos velhos e doentes sob a capa da alforria.	15/02/1830	Ata	Conselho	Belém
56	Discussão de uma representação de moradores, que reclamavam de certas leis que prejudicavam a tramitação da justiça, especialmente sobre a necessidade de fazer apelação em São Luís. Alguns processos não chegavam em tempo hábil. Outro morador enviou uma reclamação, dizendo que a Câmara lhe causa vexame por não mandar exterminar formigas próximas ao seu território. Examinaram posturas da Câmara da Cidade. Tecem rápidos comentários sobre as posturas da Câmara de Óbidos. Para sessão do dia seguinte: posturas da Câmara de Cidade e da Câmara de Cametá.	16/02/1830	Ata	Conselho	Belém
57	Vários ofícios do governo, inclusive as contas da província do ano anterior. Um dos ofícios era um pedido do governo para que o governo emitisse um parecer sobre a manutenção ou o fim de uma das escolas de primeiras letras na cidade. Rapidamente falaram das posturas da Câmara de Belém, dentre outras coisas mencionaram as árvores nas estradas. Entrou em discussão as posturas da Câmara de Cametá. Alguns artigos são suprimidos, outros são adiados para discussão e os demais deveram ter a mesma redação da postura da Câmara de Belém.	17/02/1830	Ata	Conselho	Belém
58	Discussão de uma representação, feita por vários cidadãos, denunciando arbitrariedades do Juiz de Fora Marcelo de Alfaia Lobato. Debate das posturas da Câmara de Belém. Realizam alterações mínimas, não ficando claro o contexto.	18/02/1830	Ata	Conselho	Belém
59	Discussão sobre os votos dos Conselheiros Marco Antonio Rodrigues Martins e o Cônego Batista Campos, pois havia dúvida se estava em conformidade com a lei. Leitura da versão final de uma representação a ser encaminhada à Câmara contra a criação de uma relação no Pará. Alegou que o motivo é a penúria das contas públicas. Como exemplo, informou que os párocos não recebiam há 3 anos e os soldados há 1 ano. Leitura da redação da Comissão que ficou encarregada de escrever uma representação para a Câmara solicitando a extinção dos policiais ou comandantes militares espalhados pelo interior, ou que se dissesse qual era sua função. Alegando que estes homens extrapolavam em qualquer função e eram uma espécie de 'governador' de armas e sob seu julgo as leis eram mortas e a humanidade gemia. Existe um impresso no IHGB com a proposta original, do mês de dezembro, que adota medidas mais rígidas que a versão final. Discussão sobre as posturas da Câmara de Melgaço. Alguns itens foram suprimidos e outros tiveram a mesma redação da Câmara de Belém.	19/02/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
60	Discussão sobre as posturas da Vila de Óbidos. Discussão sobre uma declaração a ser enviada à Assembleia Legislativa, onde queixavam-se do Presidente da Província, pois teria se recusado a enviar documentos para subsidiar uma representação contra um funcionário público. Argumentaram que com essa atitude, o Presidente da Província não permitiu que o Conselho cumprisse uma das suas determinações legais.	20/02/1830	Ata	Conselho	Belém
61	Sessão cancelada por falta de quórum.	22/02/1830	Ata	Conselho	Belém
62	Leitura da redação final da proposta que autorizava os Juizes de Paz a escreverem inventários para os órfãos. Foi aprovada por unanimidade. Discussão sobre as posturas da Câmara de Marajó, aprovando-se e pedindo adaptação para conciliar com a redação das posturas da Câmara de Belém. Discussão sobre uma representação de Camilo José de Campos, queixando-se de que o Juiz de Fora, Antonio Barros de Vasconcelos, teria cometido arbitrariedades contra ele. Solicitou que isso fosse levado à Câmara Legislativa. Criou-se uma comissão para o caso.	23/02/1830	Ata	Conselho	Belém
63	Discussão sobre a redação das posturas da Câmara de Belém. Criou-se uma Comissão para avaliar a proposta de criação de uma Sociedade de Colonização no Grão-Pará, proposta que seria enviado ao Rio de Janeiro. Discussão da representação do morador Camilo José Campos contra o Juiz de Fora Antonio Barros Vasconcelos. Ocorreu a cobrança de um imposto, de forma irregular, da pequena propriedade de Camilo José Campos. A representação foi enviada ao Congresso.	25/02/1830	Ata	Conselho	Belém
65	Aprovação de diversos pareceres. São de variados assuntos, desde de moradores que reclamavam de arbitrariedades, até pedidos de contratação de juizes para vilas, assim como contratação de funcionários para o Conselho.	26/02/1830	Ata	Conselho	Belém
66	Última sessão desse ano. Concederam uma certidão a um indivíduo que apresentou tal solicitação para provar que foi amparado. Ocorre pequena cerimônia pelo fim da sessão de 1829/30. Sob o retrato do Imperador, o Presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, fez um discurso alegando o quanto era importante servir a pátria e que agora interromperiam os trabalhos, pois a Constituição assim determinava.	27/02/1830	Ata	Conselho	Belém
67	Sessão preparatória e discussão sobre a convocação do padre Pereira da Serra para ocupar a vaga de conselheiro, uma vez que era suplente de André Fernandes de Souza, falecido. Concordaram que primeiro se deveria enviar um ofício Governo. Nessa sessão também declarou-se os nomes dos conselheiros.	30/11/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
68	Discussão de assuntos diversos. O presidente do Conselho, Antonio Correa de Lacerda, frisa a importância de fomentar a economia. Debatem sobre a necessidade de civilizar os índios, sobre a criação de uma Comarca em Santarém, sobre um novo espaço para criação de gados e o melhoramento no trânsito da região. Discussão sobre a educação local, pois recebem cartas das Câmaras de algumas vilas que ainda são assinadas com "cruzes" pelos vereadores.	01/12/1830	Ata	Conselho	Belém
69	Tomou posse o Conselheiro João Lourenço de Souza. No dia anterior não houve sessão em homenagem ao aniversário do Imperador. Formou-se uma comissão para a redação final das posturas da Ilha de Marajó. Formou-se também uma Comissão para avaliar a fala do Presidente da Província na abertura da sessão. Decidiu-se que as comissões formadas no ano anterior continuariam a trabalhar nos temas propostos.	03/12/1830	Ata	Conselho	Belém
70	Um dos funcionários da Câmara enviou uma representação para cobra um aumento em seu ordenado. Ficou adiada a discussão. Discutiram se a correspondência do Conselho deveria continuar sendo enviada para outros lugares com mediação do presidente ou se deveria ser direta. Decidiram continuar pela intervenção do presidente, até que existisse legislação que apontasse o contrário.	04/12/1830	Ata	Conselho	Belém
71	Felix Clemente Malcher enviou uma correspondência alegando que não poderia tomar assento no Conselho, pelo menos motivo do ano anterior. Realizam a leitura de um parecer, que deveria ser enviado ao Imperador, dando graças pelo envio de um novo comandante de armas e acusando e antecessor ser um déspota. Ocorre discussão sobre tal envio, mas o Conselho aprova o envio. O Cônego Batista Campos solicitou ao Conselho que se exigisse explicações do Governo sobre quais foram as instruções dadas ao Coronel Francisco Ricardo Zany referente aos índios. Faz-se o mesmo pedido referente ao Coronel José Brito Ingles, ambos atuando no Rio Negro.	06/12/1830	Ata	Conselho	Belém
72	A sessão foi suspensa pouco tempo depois de começar.	07/12/1830	Ata	Conselho	Belém
73	Sessão cancelada por falta de quórum.	09/12/1830	Ata	Conselho	Belém
74	O Conselheiro Joaquim Varjão Rolim tomou posse, assumindo o lugar de Marcelino José Cardoso. A sessão foi encerrada devido alguns Conselheiros necessitarem se encaminhar para a sessão do Conselho de Governo do qual também faziam parte.	10/12/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
75	Discussão do ofício do Juiz de Paz da Vila Franca alegando que os moradores são oprimidos pelos administradores do Pesqueiro e do Cacoal Nacional. Discussão sobre o parecer da Comissão responsável por analisar a fala do Presidente da Província. Fazem uma descrição do que Presidente da Província disse e depois os conselheiros fazem seus comentários. O Conselho aprovou o pedido do Cônego Batista Campos, solicitando, assim, esclarecimentos ao Governo sobre as instruções dadas aos Coronéis Francisco Ricardo Zany e José Brito Ingles, referente aos índios do Rio Negro. Há discussões sobre as Posturas de Bragança.	11/12/1830	Ata	Conselho	Belém
76	Discussão referente aos milicianos e sobre as posturas das Vilas de Bragança e Alenquer	13/12/1830	Ata	Conselho	Belém
77	A sessão foi encerrada rapidamente, devido a necessidade dos Conselheiros participarem do Conselho de Governo.	14/12/1830	Ata	Conselho	Belém
78	Discussão sobre as fábricas nacionais. Criam uma comissão para discutir questões referentes ao Rio negro. Lembram que há uma proposta referente aos índios de 2 de janeiro de 1830, monta-se uma Comissão para a redação final. Os membros são Francisco Albuquerque de Elvas Portugal, Marco Antonio Rodrigues Martins e Manuel Otavio Prestes.	15/12/1830	Ata	Conselho	Belém
79	O Conselheiro Marco Antonio Rodrigues Martins realizou uma indicação, alegando que o Conselho Presidencial havia infringido a Constituição ao criar uma cadeira de Primeiras Letras na cidade pelo sistema de ensino mútuo. É pedido para que o conselho exigisse o envio de documentos sobre isso, porém o conselho rejeitou a proposta de urgência. Discutiram posturas das Vilas Conde e Gurupá.	16/12/1830	Ata	Conselho	Belém
80	O Cônego Batista Campos apresentou uma proposta para a extinção das Vilas de Conde, Benja e Monforte e sua substituição por outras. Ocorre votação nominal sobre a acusação feita pelo Conselheiro Marco Antonio Rodrigues Martins contra o Governo, por criar uma cadeira de Primeiras Letras. O Presidente do Conselho alegou que se deveria pedir esclarecimentos primeiro. É realizada votação.	17/12/1830	Ata	Conselho	Belém
81	Sessão cancelada por falta de quórum.	18/12/1830	Ata	Conselho	Belém
82	Discussão sobre as posturas das Vilas de Ourem e Melgaço.	20/12/1830	Ata	Conselho	Belém
83	Sessão cancelada por falta de quórum.	22/12/1830	Ata	Conselho	Belém
84	Sessão cancelada por falta de quórum.	23/12/1830	Ata	Conselho	Belém
85	Sessão cancelada por falta de quórum.	24/12/1830	Ata	Conselho	Belém

No DOC.	Resumo	Data	Tipo de Documento	Autor	Local
86	Sessão cancelada por falta de quórum.	29/12/1830	Ata	Conselho	Belém
87	Sessão cancelada por falta de quórum.	30/12/1830	Ata	Conselho	Belém
88	Sessão cancelada por falta de quórum.	03/01/1831	Ata	Conselho	Belém
89	Sessão cancelada por falta de quórum.	04/01/1831	Ata	Conselho	Belém
90	Sessão cancelada por falta de quórum.	05/01/1831	Ata	Conselho	Belém
91	Sessão cancelada por falta de quórum.	07/01/1831	Ata	Conselho	Belém
92	Leitura de um ofício enviado pelo Conselho de Governo contendo o plano da Sociedade Comercial, Agrícola e Rural e oferecido por Joaquim José de Siqueira. O documento foi enviado diversas vezes para o Conselho. O Cônego Batista Campos iria ler 3 pareceres do qual era redator. Porém, isso não foi possível porque em dois deles faltavam assinaturas e para outro parecer a sessão foi encerrada.	08/01/1831	Ata	Conselho	Belém
93	Sessão cancelada por falta de quórum.	10/01/1831	Ata	Conselho	Belém
94	Sessão cancelada por falta de quórum.	1831/01/11	Ata	Conselho	Belém
95	A ata está incompleta, mas há um registro de que o restante da ata está no segundo Livro de Atas. Receberam do Governo um ofício do Ministro da Fazenda, informando que a Câmara dos Deputados não havia aprovado a proposta de criar uma tipografia no Pará. Informou também que a Câmara também não tinha aprovado a isenção dos Conselheiros dos seus cargos públicos durante o exercício do mandato. Fim do primeiro livro.	12/01/1831	Ata	Conselho	Belém